

Empresa EUROPA

Política empresarial: notícias e análises

Publicação da Direcção-Geral da Empresa da Comissão Europeia

6

Janeiro-Março de 2002

ENTREVISTA EMPRESA
O comissário Liikanen fala do ano que começa



APOSTAR NA COMPETITIVIDADE
Relatório do Best



INOVAÇÃO
De olhos postos na inovação



INDÚSTRIA
Dar resposta às alterações climáticas



MERCADO INTERNO
Tratamento das reclamações das empresas



Liikanen face aos desafios de 2002

PÁGINAS 4 E 5



Comissão
Europeia

EDITORIAL De Lisboa a Barcelona	3		MERCADO INTERNO Reclamações das empresas	16
ENTREVISTA EMPRESA O comissário para a Empresa analisa o ano que começa	4		Combate à contrafacção	17
APOSTAR NA COMPETITIVIDADE Relatório do Best	6		As normas eliminam os obstáculos	18
Relatório de 2001 sobre a Competitividade	8		Revisão da nova abordagem	20
INOVAÇÃO De olhos postos na inovação europeia	10		MERCADO GLOBAL Cooperação em matéria de regulamentação	21
Os dirigentes empresariais e a inovação	11		PME Acesso ao financiamento	22
NOVA ECONOMIA Nova abordagem para o turismo	12		Serviços de apoio de alto nível às empresas	22
Modernizar a prestação de serviços públicos	13		REGISTO Base de dados de viveiros de empresas	23
INDÚSTRIA Dar resposta às alterações climáticas	14		Acessibilidade e a web	23
			Publicações	23
			OLHAR PARA O FUTURO	
			O comissário para a Empresa Erkki Liikanen fala dos desafios que empresários e governos enfrentam no ano que se inicia (páginas 4 e 5)	

Publicação

Empresa Europa é um boletim gratuito publicado trimestralmente nas 11 línguas comunitárias pela Direcção-Geral da Empresa da Comissão Europeia:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Empresa
Unidade «Informação e Comunicação»
Tel. (32-2) 299 23 98
Fax: (32-2) 299 19 26

E-mail: enterprise-europe@cec.eu.int

As fotografias desta edição foram cedidas por Photodisc and Olivier Polet

Ilustrações de Edouard Aronson

Informação editorial

Empresa Europa procura demonstrar como o fomento da empresa, inovação e espírito empresarial podem criar uma Europa de crescimento económico sustentado, com mais e melhores empregos e maior coesão social.

Encontra-se disponível no sítio Europa da Comissão (<http://europa.eu.int/comm/enterprise/library>) uma versão electrónica de Empresa Europa.

Poderá aí encontrar também informações regularmente actualizadas sobre assuntos de interesse para os leitores de Empresa Europa. Podem ser também consultadas em linha — sítios <http://europa.eu.int> e <http://europa.eu.int/comm/enterprise> — outras informações referentes à Comissão Europeia.

Editor: Andrew Boreham

Assinaturas:
europa.eu.int/comm/enterprise/library/enterprise-europe

Empresa Europa
Rue de la Loi/Wetstraat 200 (SC15-6/49)
B-1049 Bruxelles
Fax (32-2) 299 19 26
E-mail: enterprise-europe@cec.eu.int

© Comunidades Europeias, 2002
Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

N.º de catálogo: NB-BH-02-006-PT-C

De Lisboa a Barcelona

O processo de Lisboa destinado a transformar a União Europeia, até 2010, na economia baseada no conhecimento mais competitiva do mundo está prestes a completar dois anos. Quando foi lançado, as projecções económicas eram brilhantes. Mas muito desse optimismo acabou por se perder, em virtude de um arrefecimento da economia global, acentuado pelas consequências dos bárbaros atentados terroristas nos EUA, em Setembro último.



As perspectivas económicas actuais, como sublinha o Comissário Liikanen neste número, apenas reforçam a necessidade de implementar as reformas estruturais e os objectivos políticos que os dirigentes da UE já identificaram de forma tão clara. E é necessário que voltem a confirmar sem quaisquer ambiguidades tal empenhamento e determinação quando se reunirem no mês de Março em Barcelona para analisar os progressos realizados e os desafios que ainda estão pela frente.

Um sector empresarial forte na Europa ajudará a atenuar os aspectos negativos do abrandamento económico e permitirá à União emergir com mais força e vitalidade. Foi essa a lição que tirámos da última recessão, quando os EUA recuperaram mais depressa e com maior vigor do que a Europa e mantiveram essa vantagem competitiva na década seguinte.

Tal como revelam as conclusões do último Relatório da Comissão sobre a Competitividade, o diferencial de níveis de vida entre

a UE e os EUA alargou-se, sendo agora o maior dos últimos 25 anos, com o PIB per capita europeu a situar-se num nível inferior a dois terços do norte-americano.

O processo de Lisboa, que põe a tónica na libertação do potencial inovador e empresarial da Europa, tem por objectivo alterar esta tendência – um objectivo que terá um grande aliado na chegada concreta da moeda única, desde 1 de Janeiro deste ano.

Mas o caminho a percorrer ainda é longo – muito mais longo do que os seis meses das presidências rotativas da UE, pelas quais se avaliam normalmente as actividades europeias. Por isso, e apesar das pressões competitivas, a União deve continuar concentrada nas tarefas que tem pela frente para criar um ambiente empresarial mais favorável.

FABIO COLASANTI
Director-Geral da Empresa

O Comissário para a Empresa prevê um ano pleno de desafios



As empresas e os governos da União Europeia vão ter pela frente tempos difíceis nos próximos doze meses. Terão de resistir ao abrandamento da economia mundial, intensificar as acções para aumentar a competitividade europeia e preparar o alargamento da União. Na sua avaliação do próximo ano, Erkki Liikanen, Comissário para a Empresa, mostra-se confiante em que poderão ser dadas respostas a estes desafios.

Nos períodos de incerteza económica existe sempre o risco de as empresas começarem a proteger-se e a fechar-se sobre si mesmas. Erkki Liikanen reconhece este perigo, mas argumenta que não é essa a resposta que se impõe.

"Este período de abrandamento, que espero seja passageiro, só aumenta a necessidade de implementar reformas estruturais, recuperar o atraso na sociedade da informação, libertar o potencial empresarial e de inovação e oferecer formação. Tudo isto é agora mais importante do que nunca. Não nos devemos pôr na defensiva, mas sim continuar na ofensiva", sustenta.

A pressão dos parceiros europeus resultante do exercício de avaliação comparativa, destinado a medir o progresso realizado na aplicação

das diversas estratégias para desenvolver a competitividade da União, contribui para incentivar estas reformas. Mas o Comissário alerta para o perigo de estas se poderem converter em meras rotinas e deixarem de merecer a atenção e importância devidas – uma opinião que explica a sua convicção de que é altura de o processo avançar para a fase seguinte.

"Talvez o nosso próximo passo seja conseguir chegar a acordo com os governos dos Estados-Membros sobre objectivos quantitativos. Para conseguir um verdadeiro impacto precisamos de objectivos reais, porque esses alteram o nosso comportamento quando somos avaliados em função de algo que nós próprios aceitámos. Existe um ditado que diz que 'o que é avaliado, é feito'", explica o Comissário, sugere-

rindo que pode ser possível estabelecer esses objectivos concretos nos próximos doze meses.

Continuar centrados na tarefa que temos entre mãos

Depois do lançamento do processo de reformas estruturais de Lisboa, há quase dois anos, surgiram outras prioridades que exigiram a atenção da União. E as iniciativas permanentemente necessárias para fazer avançar a dinâmica do espírito empresarial tão pouco estão sempre nos grandes títulos. Mas Erkki Liikanen salienta que a UE deve continuar concentrada e manter a política da Empresa e a Sociedade da Informação como prioridades da sua agenda.

"Temos tendência na União para passar de presidência em presidência

e cada uma dura apenas seis meses. Todavia, uma mudança efectiva da economia europeia é um projecto de longo prazo. As mudanças levam tempo e sem coerência não são possíveis. Somos um barco muito grande, que anda devagar, mas que é preciso manter em movimento", ilustra.

Grandes esperanças para Barcelona

Erkki Liikanen tem agora os olhos postos no Conselho Europeu de Barcelona, a realizar em Março, para dar um novo incentivo a uma cultura mais empresarial e inovadora, em que os agentes estejam preparados para assumir riscos e os mercados financiem quem assume

O processo de Lisboa tem por objectivo transformar a UE, até 2010, na economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo

esses riscos, e para estimular o potencial da União no domínio das tecnologias da informação e da biotecnologia. Este incentivo deve ser acompanhado de acções para completar o mercado interno e para continuar a reduzir a burocracia.

Para o Comissário, importantes são os resultados, e gosta de recordar a quem o ouve que são estes e não os procedimentos que contam. "Muitas vezes não nos orientamos pelos resultados, mas sim pelos regulamentos, o que é mau. Corresponde a um hábito. Mas a longo prazo, são os resultados que contam e mais nada", insiste.

A indústria automóvel e o mundo das comunicações electrónicas em constante mutação são apontados como áreas onde se poderão utilizar, para alcançar os mesmos fins,



Fotografia do Palácio do Congresso de Barcelona: cenário do próximo Conselho Europeu

diferentes tipos de medidas regulamentares – códigos de conduta e acordos de indústria – em vez da tradicional legislação. Poderá chegar-se a um equilíbrio em que a União regula o essencial, permitindo ao mesmo tempo uma certa flexibilidade, sujeita a condições rigorosas, no modo de implementação das medidas pela indústria. E o Comissário remata: "O mundo está a mudar e nós temos de acompanhar as mudanças."

Uma visão mais alargada

Passando para o futuro alargamento da União, o Comissário observa que apesar das preocupações expressas por alguns sectores da sociedade, não se deve subestimar o significado histórico do que está em jogo.

"Estamos neste momento a fazer história. Somos a geração da Europa que pode unificar o continente em tempo de paz. Se perdermos esta oportunidade jamais conseguiremos explicar às gerações futuras como é que falhámos a possibilidade de colocar toda a Europa numa mesma matriz jurídica e institucional e de assegurar a substituição da força pelo Direito. Estou certo de que, apesar de todas as dificuldades de adaptação, se trata

de um processo em que todos temos a ganhar, em termos de prosperidade, diversidade, paz e segurança", afirma.

É nesta visão mais alargada que Erkki Liikanen considera que a política de Empresa deve ser perspectivada e assinala que um ambiente que ajude as empresas a prosperar constitui um requisito essencial para um modelo social integrado mais vasto que é uma das características distintivas da União Europeia.

"Se não tivermos empresas lucrativas e uma economia produtiva, não podemos proporcionar integração. Todas as pessoas têm aptidões básicas. A integração constitui uma vantagem para as empresas e para a sociedade e pode fornecer segurança. Quando os sectores tradicionais empregam menos pessoas no local, as pessoas esquecem que se a indústria não funcionar ficamos sem base para os serviços no sector público. E os custos da exclusão são terrivelmente elevados", adverte.

Relatório do Best

Muitos dos exemplos de melhores práticas a nível mundial em matéria de política empresarial situam-se na Europa, mas são muito pouco divulgados. O Procedimento Best apoia os esforços dos Estados-Membros

para identificar e partilhar as melhores práticas. Tal como se refere no seu último relatório anual, contribui para melhorar o desempenho e é um elemento fundamental das diversas iniciativas para reforçar a posição competitiva da União.



Começam a surgir sinais encorajadores de uma abordagem mais estruturada em relação à política de Empresa em todos os Estados-Membros da UE e de uma maior disponibilidade e interesse em estudar e partilhar as boas práticas de outros locais da União Europeia.

O Procedimento Best destina-se a promover estes intercâmbios, fazendo com que a curiosidade sobre o que acontece para lá das fronteiras nacionais se torne uma segunda natureza, tanto para os empresários como para as autoridades nacionais, permitindo que as experiências bem sucedidas num local da União sejam partilhadas de forma mais extensiva.

Juntamente com os projectos de avaliação comparativa, o procedimento fornece uma base para os objectivos que a Comissão está a formular em consulta com os Estados-Membros, a fim de melhorar o ambiente empresarial global. O relatório de 2001 centra-se nas questões essenciais resultantes de projectos concluídos recentemente

e baseia-se em informações prestadas nas reuniões entre a Comissão, as autoridades nacionais e organizações empresariais.

Promover o espírito empresarial

Introduzir uma mudança geral das atitudes em relação ao espírito empresarial é um objectivo de médio prazo. No entanto, a atitude adoptada pelas administrações nacionais já evoluiu bastante. Todas estão a desenvolver esforços para promover o espírito empresarial, tanto no quadro do sistema educativo como entre potenciais grupos de empresas. A França, por exemplo, criou um observatório sobre práticas de ensino do espírito empresarial.

Na Europa, o estigma associado à falência é considerado como um dos principais obstáculos que impede os empresários de recomeçar. Mas alguns governos, como o neerlandês, vão proceder a um reexame da sua abordagem relativa à falência das empresas.

Está igualmente a ser dada cada vez maior atenção à necessidade de criar um ambiente que estimule a inovação. Estão a ser utilizadas ou ponderadas medidas que vão desde créditos fiscais, reforma dos sistemas de pensões, passando pela promoção de incubadoras tecnológicas e por um aumento do apoio para comercializar os resultados da investigação universitária.

Outra evolução importante foi a expansão do número de redes de "business angels". Só na Alemanha, no último ano estas redes passaram de 2 para 40. Mesmo assim, continua a ser uma prioridade a existência de fundos específicos que proporcionem capital de arranque e de desenvolvimento às empresas inovadoras e em fase de lançamento.

TIC e comércio electrónico

A promoção do comércio electrónico é uma prioridade fundamental em toda a Europa. Para além dos esforços para identificar e eliminar os obstáculos jurídicos que impedem o seu desenvolvimento, a maior parte dos países já introduziu programas específicos para incentivar as empresas a realizarem negócios por via electrónica.

No entanto, e apesar de terem sido feitos progressos significativos no que se refere ao número de empresas ligadas à Internet, verifica-se ser mais difícil convencê-las a fazerem operações comerciais electronicamente. Por consequência, o Relatório de 2001 sobre o Procedimento Best sublinha a necessidade de se associar um quadro jurídico reforçado para o comércio electrónico, a melhoramentos das infraestruturas, a medidas de sensibilização e a acções de formação no domínio das TIC, a fim de convencer um maior número de empresas dos benefícios do comércio electrónico.

O Governo sueco mostra o caminho, emitindo directrizes para uma "administração de 24 horas", com

base na ideia de que as administrações públicas devem dar o exemplo na utilização das TIC, internamente e nos seus contactos com empresas e autoridades. A maioria das administrações nacionais marcou presença na Internet e está agora a elaborar as suas páginas web.

Simplificação da regulamentação

As empresas identificam a regulamentação como uma das áreas que necessita de reformas mais urgentes. Actualizar os regulamentos obsoletos e suprimir ou rever a legislação antiga, tornou-se uma prática normal em vários países. Uma maior cooperação entre Ministérios e um controlo mais rigoroso dos programas regulamentares estão também a ser utilizados para evitar medidas que possam impor encargos desnecessários ou excessivos às empresas.

A política de empresa nos Estados-Membros está a avançar na direcção certa, mas ainda há muito por fazer

As consultas sobre projectos legislativos é outro elemento essencial dos esforços governamentais para evitar burocracias dispensáveis. O relatório congratula-se com a maior utilização das avaliações do impacto sobre as empresas – no Luxemburgo estas avaliações têm de acompanhar todas as propostas legislativas –, com a maior atenção que é dada à redacção dos regulamentos e com a eliminação, nalguns países, da legislação redundante.

Em Itália, por exemplo, este processo de simplificação foi lançado em 1999. Graças a diversas medidas, incluindo a promoção do espírito empresarial entre as mulheres e uma melhor coordenação das autoridades públicas, o número de novas empresas criadas no primeiro semestre de 2001 atingiu o nível mais elevado desde 1993.

Os encargos que pesam sobre as empresas estão a ser reduzidos com a introdução de registos únicos e/ou formulários de declaração, com mais oportunidades de realizar procedimentos administrativos e aceder à informação ou aconselhamento através da Internet, e com o aumento da utilização de centros administrativos únicos. Todavia, mesmo que nalguns países o tempo necessário para criar uma empresa tenha sido reduzido para níveis comparáveis aos melhores do mundo, noutros o processo ainda continua a ser inadmissivelmente demorado.

A qualidade, acessibilidade e relevância dos serviços de apoio têm uma importância fundamental para as empresas, e o relatório dá uma série de exemplos de iniciativas para racionalizar e melhorar a sua oferta. A introdução de certificados ou garantias de qualidade é vista como outro desenvolvimento adequado, e os países que ainda não começaram a apostar nesta área são incentivados a fazê-lo.

Globalmente, o relatório mostra que a política de Empresa nos Estados-Membros está a avançar na direcção certa, mas que ainda há muito por fazer. Por isso é importante basearmo-nos nos progressos realizados nos últimos anos e intensificar esforços para partilhar e adoptar as melhores práticas. ≡

@ CONTACTO:

William Aitchison

E-mail: William.Aitchison@cec.eu.int

TELECARREGAMENTO...

[europa.eu.int/comm/
enterprise/enterprise_policy/
best/best_report.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/enterprise_policy/best/best_report.htm)

Relatório de 2001 sobre a Competitividade

O nível de vida global da Europa está a afastar-se do dos Estados Unidos da América, e um dos principais factores responsáveis pelo agravamento deste diferencial é o mau desempenho em matéria de inovação e de utilização das tecnologias da informação e comunicação (TIC). Estas e outras questões conexas são examinadas no Relatório de 2001 sobre a Competitividade Europeia, elaborado pela Comissão. Mas o relatório confirma igualmente que alguns Estados-Membros já ultrapassam os EUA em certos domínios.

O diferencial de nível de vida entre a UE e os EUA é o mais elevado desde há 25 anos e a Europa continua a perder terreno em termos de produtividade do trabalho e de emprego desde meados dos anos 90.

O produto interno bruto per capita da União está actualmente num nível inferior aos dois terços do norte-americano, apesar da aceleração do crescimento económico e do aumento de emprego na Europa nos últimos anos.

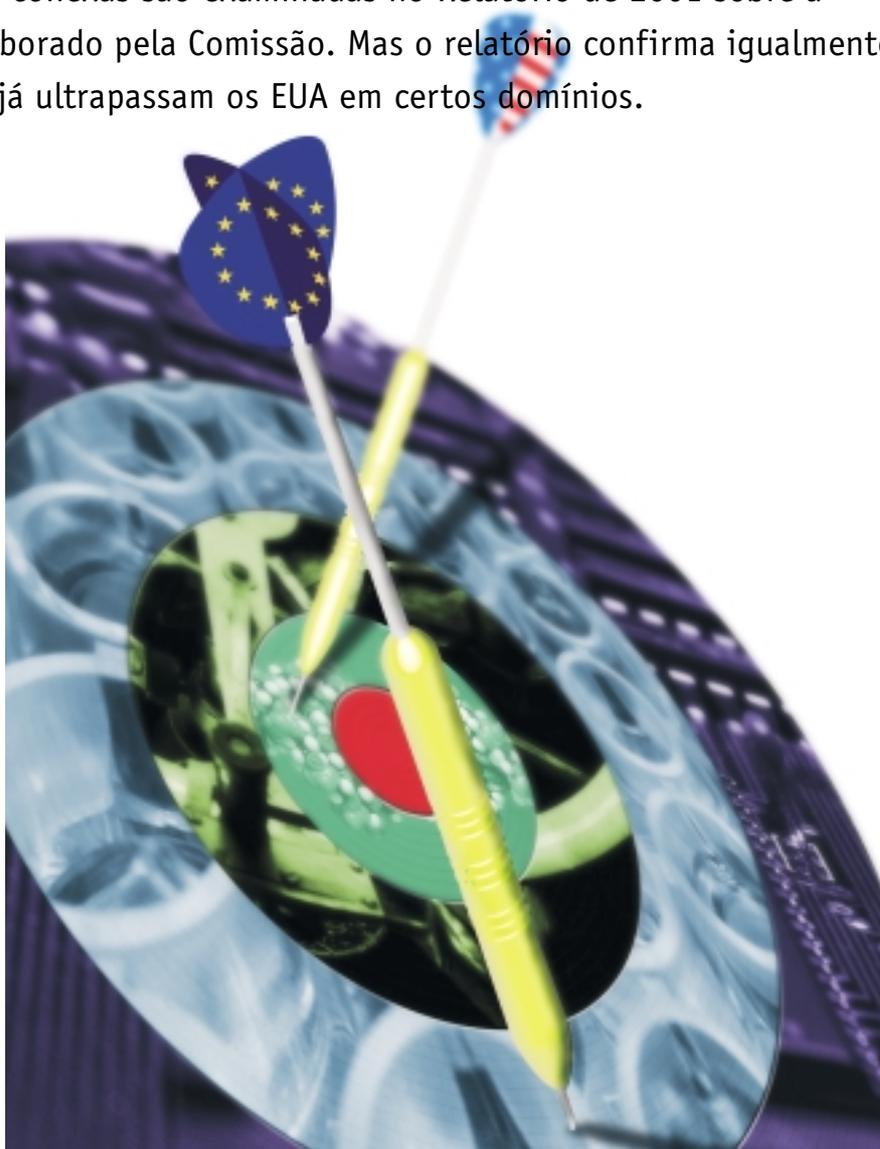
Por trás destes valores há diferenças consideráveis no desempenho dos Estados-Membros da UE. Na segunda metade dos anos 90, cinco Estados-Membros – Irlanda, Luxemburgo, Portugal, Finlândia e Grécia – registaram um crescimento da produtividade do trabalho superior ao dos EUA, e outros cinco – Irlanda, Espanha, Luxemburgo, Países Baixos e Finlândia – apresentaram um maior crescimento do emprego.

Razões da superioridade dos EUA

Um elemento essencial da estratégia para melhorar uma competitividade sustentada da economia europeia consiste em compreender as razões desta superioridade

global dos EUA. O relatório da Comissão indica duas causas principais: a lenta introdução das novas tecnologias e as deficiências de desempenho da UE em matéria de inovação.

É consensual que o bom desempenho económico recente nos EUA se deveu, em parte, a uma maior utilização das TIC. Calcula-se que o investimento neste sector tenha sido responsável por 1%



do crescimento da produção na segunda metade dos anos 90. O valor correspondente na UE está calculado em cerca de 0,5%.

Tanto a UE como os EUA aumentaram as despesas totais em TIC na última década, mas a diferença continuou a acentuar-se. Em 1999, o investimento norte-americano em tecnologias da informação representou cerca de 4,5% do PIB. Na Europa, rondou em média apenas 2,4%. Contudo, no Reino Unido e na Suécia as despesas em TIC ultrapassaram as dos EUA, e os Países Baixos, Dinamarca e Irlanda não ficaram muito longe.

Igualmente encorajante para a União é o aumento do número de pequenas e médias empresas (PME) ligadas à Internet. Nos últimos três anos verificou-se um aumento de 40% para 70% na taxa de penetração.

Os investimentos em TIC demoram a produzir efeito e são mais produtivos quando associados a mudanças organizacionais, a um aumento das qualificações dos trabalhadores e a um ambiente favorável que incentive e recompense a inovação.

Inovação e crescimento

São muitos os factores, desde a solidez da base de conhecimentos até às qualificações dos trabalhadores, que se combinam para incentivar a inovação e o crescimento. Tanto na UE como nos EUA, foram os sectores orientados para a tecnologia, como equipamentos de TIC, instrumentos de precisão, produtos químicos e veículos a motor, fortemente dependentes da I&D, que tiveram o maior crescimento de produtividade na década de 90.

Mas, na maioria dos sectores, a

intensidade de I&D é mais elevada nos EUA do que na UE e, mais impressionante, no segmento dos computadores e máquinas de escritório é três vezes superior.

A inovação é uma componente fundamental da biotecnologia, onde o êxito depende, em parte, da capacidade de mobilização e de exploração de novos conhecimentos e de uma colaboração inter-disciplinar e internacional na área científica.

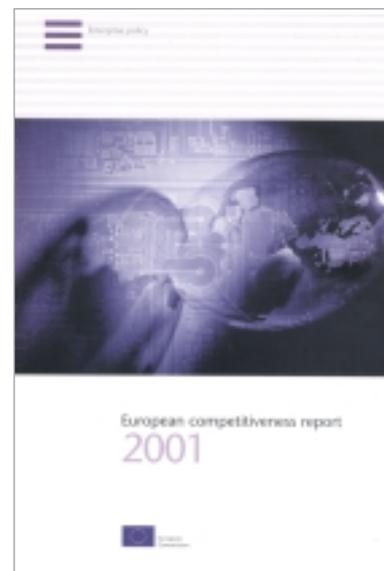
Nichos de biotecnologia

O Relatório sobre a Competitividade analisa uma nova espécie de empresas, mais pequenas e especializadas – empresas dedicadas à biotecnologia (EDB) –, criadas para explorar as novas tecnologias da matéria viva para fins industriais.

A julgar pelos dados sobre patentes e projectos de cooperação, os EUA levam grande vantagem sobre a Europa em actividades de inovação neste domínio. A UE é ainda prejudicada pela fragmentação dos programas de investigação, que permanecem, em grande parte, circunscritos às fronteiras nacionais.

No entanto, começam a surgir tendências encorajadoras na União. Entre 1999 e 2000, o número de EDB europeias quase duplicou. Muitos Estados-Membros – Países Baixos, Irlanda, Dinamarca, Suécia e Finlândia – especializaram-se com êxito na biotecnologia. E existem também importantes nichos de investigação e produção em redor de Paris, Cambridge, Copenhaga e Bavária.

Um relatório paralelo - Painel de Avaliação da Política de Empresa - que analisa o ambiente empresarial na União, sugere que a Europa



está mais empreendedora. A imagem do espírito empresarial melhorou, a disponibilidade para optar pelo emprego independente aumentou e o sector empresarial reconhece os esforços que têm vindo a ser realizados para diminuir os encargos administrativos das empresas.

Mas também neste caso a UE, onde cerca de 50% da população activa admite a possibilidade de trabalhar como independente, está atrás dos EUA, onde essa parcela atinge 70%. A Comissão está igualmente preocupada com a reduzida percentagem de mulheres empresárias e está a ponderar formas de aumentar este valor. São aguardados para o fim deste ano os resultados de um exercício de avaliação comparativa nesta área a nível da UE. ■

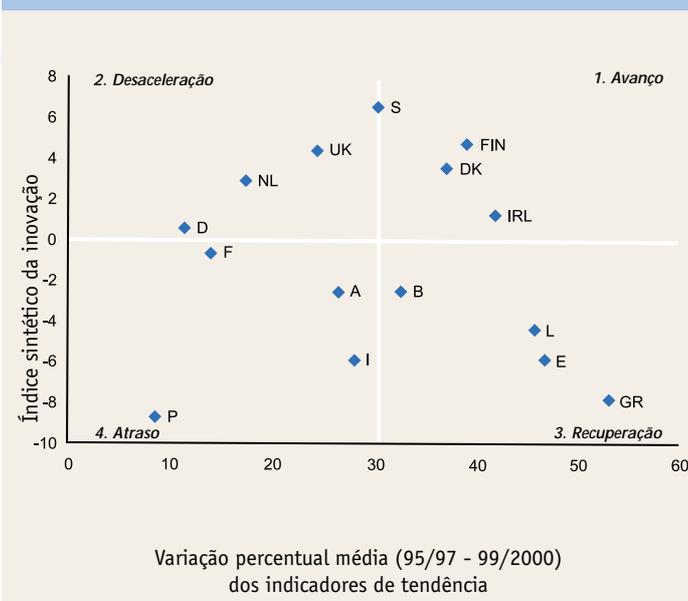
@ CONTACTO:

Entr-competit-benchmarkg@cec.eu.int

TELECARREGAMENTO...
europa.eu.int/comm/enterprise/enterprise_policy/competitiveness/index.htm

De olhos postos na inovação europeia

TENDÊNCIAS GLOBAIS DOS PAÍSES / ÍNDICE DE INOVAÇÃO



A inovação reforça a competitividade europeia ao desenvolver novos processos e produtos. A sua importância foi confirmada pelos dirigentes da União no Conselho Europeu de Lisboa de 2000, quando solicitaram à Comissão que elaborasse e publicasse um Painel de Avaliação da Inovação. O primeiro relatório global do Painel de Avaliação analisa a capacidade de inovação de cada Estado-Membro e conclui que, embora alguns progressos sejam incontestáveis, a União ainda está atrás dos EUA e do Japão.

O Painel europeu de Avaliação da Inovação descreve as realizações e tendências, salienta os pontos fortes e fracos do desempenho dos Estados-Membros e examina a convergência em termos de inovação na União.

Sendo parte do exercício de avaliação comparativa da EU, em que se registam os esforços dos Estados-Membros e da União no seu conjunto para aumentar a competitividade, o Painel de Avaliação da Inovação utiliza 17 indicadores-chave para compilar as análises estatísticas em quatro domínios: recursos humanos, criação de conhecimentos, transmissão e aplicação de novos conhecimentos e inovação em matéria de financiamento, produção e mercados.

O Painel de Avaliação destina-se a ajudar os responsáveis políticos e os formadores de opinião a aprenderem

com a experiência dos outros, a planearem de forma mais eficaz a criação de uma cultura de inovação e a incentivá-los a passarem nos seus países a mensagem da importância da inovação para o sucesso empresarial.

O relatório pormenorizado confirma que a União está atrás dos EUA e do Japão em duas áreas fundamentais: I&D empresarial e registo de patentes de alta tecnologia.

Mas revela igualmente que, em relação a muitos indicadores de inovação, os países mais avançados da EU ostentam um avanço significativo sobre os seus principais concorrentes internacionais. O Reino Unido, a França e a Irlanda são líderes mundiais na formação de licenciados em ciências e engenharia; a Finlândia, os Países Baixos e a Suécia em I&D pública; a Suécia em I&D empresarial; e os Países Baixos, a

Suécia e a Dinamarca no acesso doméstico à Internet.

Diversidade dos desempenhos nacionais

Considerando os indicadores para os quais existem dados comparáveis em anos anteriores, o painel de avaliação confirma melhorias substanciais - de 12% a 76% - em sete deles. Estes indicadores vão desde o volume disponível de capital de risco para tecnologias de ponta até ao número de patentes de alta tecnologia, passando pelo grau de desenvolvimento da aprendizagem ao longo da vida. Verifica-se um aumento mínimo no nível de emprego no sector das altas tecnologias e uma diminuição em três domínios: I&D, tanto pública como empresarial, e a parte do valor acrescentado na produção no que diz respeito aos sectores de alta tecnologia.

O relatório ajuda igualmente a identificar diferenças dos desempenhos nacionais na União (ver gráfico). Países como a Finlândia e a Dinamarca, cujo desempenho já era forte, estão a avançar. A Grécia e a Espanha estão a alcançar rapidamente a média comunitária, embora partindo de um nível relativamente baixo, enquanto as três maiores economias (Alemanha, França e Reino Unido) estão a melhorar, mas a uma velocidade inferior à média da União.

O relatório salienta a necessidade de:

- investir na educação e na formação,
- melhorar o desempenho nos sectores de alta tecnologia e promover espírito empresarial,
- reforçar a I&D empresarial e
- promover a utilização de novas tecnologias em todos os sectores da economia.

A inovação tem uma forte componente regional. Se houver suficientes dados disponíveis, esta característica poderá ser desenvolvida no

próximo Painel de Avaliação da Inovação previsto para o segundo semestre deste ano.

@ CONTACTO:

Christophe Guichard

E-mail : innovation@cec.eu.int

 TELECARREGAMENTO...

www.cordis.lu/innovation-smes/scoreboard/scoreboard_2001.htm

Os dirigentes empresariais e a inovação

Que importância atribuem os gestores europeus à inovação quando tomam decisões estratégicas que afectam as suas empresas, pessoal, clientes e concorrentes? O primeiro barómetro da inovação realizado junto de três mil gestores de empresas – o Inobarómetro, que faz parte da série Eurobarómetro sobre a opinião pública – dá-nos uma ideia do seu pensamento.

O aumento da quota de mercado e da rentabilidade de uma empresa é o factor que, para oito em cada dez gestores, mais incita a esforços de inovação, de acordo com o inquérito Inobarómetro realizado pela Comissão Europeia.

A seguir vem a determinação de proteger a independência da sua empresa, à frente das preocupações de criar postos de trabalho ou de respeitar a regulamentação ambiental. Os clientes também são considerados muito importantes na indução da inovação, com os gestores de empresas a considerarem que a aprovação de novos produtos pelo público os ajuda a alargar os seus mercados.

Duas em cada três empresas confirmam que introduziram novos produtos e serviços nos últimos dois anos, e quase 12% podem ser consideradas como altamente inovadoras, sendo mais de metade do seu

volume de negócios gerado por esses produtos.

O inquérito destina-se a melhorar a compreensão da dinâmica da inovação europeia, fornecendo dados sobre os seus mecanismos, pontos fortes e estrangulamentos, e incentivando o debate sobre o modo de explorar o seu potencial de longo prazo, em termos de crescimento, de competitividade e de emprego.

Existe um grande consenso quanto ao papel fundamental que os recursos humanos têm na inovação. Dois terços dos inquiridos indicaram problemas reais na contratação de pessoal altamente qualificado, embora quase 80% dos gestores acreditem que os seus actuais empregados serão capazes de fazer da inovação um sucesso se lhes for dado o apoio adequado.

Para a maioria das empresas (61%), a aquisição de equipamento é a

forma mais importante de aceder às tecnologias avançadas, vindo em segundo lugar (51%) a cooperação com fornecedores e clientes.

O inquérito revela igualmente como os benefícios da inovação podem demorar a ser colhidos. Em metade das empresas inquiridas, os novos produtos introduzidos nos últimos dois anos geram menos de 10% do volume de vendas anual. 

@ CONTACTO:

Klaus Schwall

E-mail: Klaus.Schwall@cec.eu.int

 TELECARREGAMENTO...

www.cordis.lu/innovation-smes/src/innobarometer.htm

Nova abordagem cooperativa para o turismo europeu

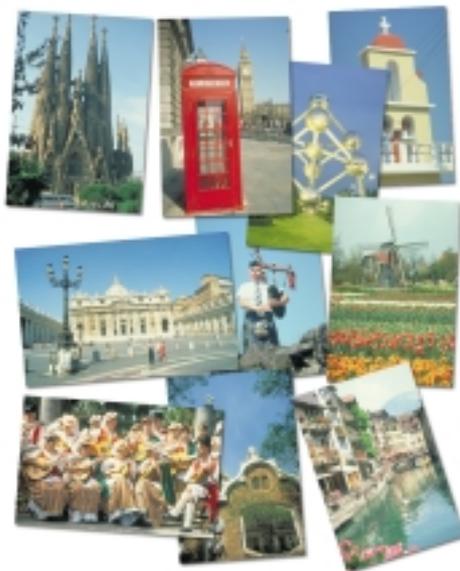
O sector dos transportes, especialmente o aéreo, foi o primeiro afectado pelos trágicos acontecimentos ocorridos nos EUA em Setembro último. No entanto, quando este elo da cadeia sofreu um forte abrandamento, todo o sector do turismo acabou por ser abalado, mostrando como a indústria está

A diversidade é uma das características principais da indústria do turismo, mas apesar de ser um dos seus pontos fortes, também pode gerar dificuldades. Esta circunstância levou a Comissão a acentuar a necessidade de aumentar a coerência entre as políticas de turismo e de tomar uma maior consciência do impacto que as iniciativas noutros domínios podem ter neste sector.

O turismo dá um grande contributo para a economia europeia. Conta com cerca de 2 milhões de empresas, a maior parte PME, que representam directamente cerca de 5% do produto interno bruto da UE e 8 milhões de postos de trabalho. Trata-se igualmente de uma indústria horizontal que abrange desde agentes de viagens e operadores turísticos até hotéis e restaurantes, passando por outras actividades de lazer e de diversão do público que viaja.

O novo documento da Comissão sobre a política de turismo refere a necessidade de se examinar de que forma este sector intersecta uma série de políticas, e de se

interligada e como pode ser sensível a choques externos. Uma cooperação mais estreita entre todas as partes envolvidas pode tornar o turismo mais competitivo e sustentável, como salienta a recente Comunicação da Comissão Europeia sobre uma abordagem cooperativa para o futuro do turismo europeu.



analisar como podem ser melhor integrados os seus interesses nestes outros domínios. Concede especial atenção à situação das pequenas empresas e propõe que se realize anualmente um Fórum do Turismo Europeu para melhorar os contactos e o diálogo entre este sector e outros grupos de intervenientes ao nível mais elevado possível.

A análise da Comissão centra-se na melhor forma de explorar o potencial competitivo da indústria e de fomentar a sua sustentabilidade. Pondera igualmente o que poderá ser feito para que todas as pessoas possam ter acesso ao turismo.

A comunicação apela a instrumentos mais sofisticados que permitam medir a importância do

sector. A concepção de um turismo que contribua para o desenvolvimento sustentável, com especial ênfase nos recursos ambientais e culturais, é uma das principais recomendações, da mesma forma que uma harmonização das informações sobre acessibilidades para turistas deficientes.

A Comissão gostaria de ver ligações entre centros de apoio para dar maior assistência aos intervenientes, identificar as áreas prioritárias e avaliar os progressos realizados em termos de turismo sustentável. Sugere igualmente a criação de redes entre destinos turísticos e o desenvolvimento de indicadores de qualidade para os produtos e serviços turísticos.

KOLFINNA BALDVINDSDOTTIR

@ CONTACTO:

Kolfinna Baldvinsdottir
E-mail: Kolfinna.Baldvinsdottir@cec.eu.int

TELECARREGAMENTO...

europa.eu.int/comm/enterprise/services/tourism/index_en.htm



Em Junho de 2000 o Conselho Europeu aprovou o Plano de Acção e-Europe, reconhecendo assim a importância de uma administração eficiente e eficaz para uma economia europeia competitiva. O programa comunitário para desenvolver o intercâmbio de dados entre administrações (IDA) tem um longo historial na promoção da utilização das tecnologias da informação no serviço público europeu e rapidamente se mobilizou sobre os objectivos e-Europe para colocar os serviços administrativos em linha.

Modernizar a prestação de serviços públicos às empresas

Uma análise dos esforços realizados nos últimos dezoito meses para aproximar a administração pública das empresas e dos cidadãos revela que, embora se tenham registado progressos, muito continua ainda por fazer.

Uma classificação muito utilizada dos serviços em linha distingue quatro níveis de perfeição. Os serviços em linha básicos fornecem informações gerais, não individualizadas sobre os serviços públicos. A um nível mais avançado é possível telecarregar formulários. O nível seguinte permite que os formulários sejam reenviados por processamento electrónico. Por último, o serviço mais avançado permite a plena automatização das operações entre as administrações e as empresas e os cidadãos.

Alguns estudos recentes indicam que ainda estamos longe de atingir este quarto nível, com capacidade para processar operações automáticas entre as administrações e a sua clientela. Com efeito, um relatório do

Centro de Investigação dos Mercados Mundiais concluiu que apenas 8% dos sítios Web dos governos a nível mundial oferecem serviços em linha plenamente executáveis.

Os dados existentes sugerem que na Europa a maior parte dos sítios Web dos governos atingem o segundo nível dos acima indicados, permitindo o telecarregamento de formulários electrónicos, enquanto uma minoria razoável também permite que esses formulários sejam reenviados por via electrónica.

A importância do aperfeiçoamento dos serviços públicos foi salientada na Conferência de Sandhamn sobre "e-Government ao serviço das empresas e dos cidadãos europeus", realizada em Junho de 2001 no quadro da Presidência sueca da UE. As recomendações estratégicas daí resultantes podem ser consultadas no sítio Web do IDA.

Este ano o programa IDA irá abordar as necessidades específicas das empresas nas suas relações com as

administrações públicas europeias. Dará seguimento ao apelo da Conferência de Sandhamn para aprofundar a pesquisa em torno dos serviços de "e-Government", em especial os fornecidos além-fronteiras.

A mobilidade dos trabalhadores, do capital e dos serviços e bens faz com que os serviços públicos em linha tenham de se articular entre si e além das fronteiras nacionais. A DG da Empresa agradece todos os contributos que sirvam para este exercício se concentrar nas necessidades das empresas. ■

BERNHARD SCHNITTTGER

@ CONTACTO:

Entr-IDA@cec.eu.int

TELECARREGAMENTO...

europa.eu.int/ISPO/ida/



A União Europeia está empenhada em reduzir em 8% as suas emissões de gases com efeito de estufa, entre 2008 e 2012, face aos níveis registados em 1990. Alcançar este objectivo, que resulta do Protocolo de Quioto sobre alterações climáticas, sem prejudicar a competitividade europeia constitui um desafio importante. Para minimizar os custos de conformidade e para recolher experiências úteis, a Comissão Europeia propõe a introdução em 2005 de um sistema de comércio dos direitos de emissão, principalmente para grandes instalações de consumo intensivo de energia. A proposta surgiu na sequência de uma extensa consulta junto da indústria e dos Estados-Membros.

Dar resposta às alterações climáticas

A União Europeia está empenhada em liderar o combate às mudanças climáticas e o processo de ratificação do Protocolo de Quioto durante este ano – um primeiro passo de um esforço ambiental global a mais longo prazo destinado a proteger o nosso planeta.

O Protocolo estabelece limites para as emissões de gases com efeito de estufa nos países industrializados e nas economias em transição da Rússia e dos países da Europa Central e Oriental candidatos à adesão à UE, por um período de cinco anos, a partir de 2008.

A Comissão Europeia, com base no princípio do "aprender fazendo", apresentou uma proposta legislativa com vista ao estabelecimento de um sistema interno, no seio da EU, de comércio dos direitos de emissão de gases com efeitos de estufa para vários sectores caracterizados por um consumo intensivo de energia. Este sistema arrancaria em Janeiro de 2005 e aplicar-se-ia a algo entre 4 e 5 mil unidades industriais de consumo intensivo de energia (acima de uma certa dimensão). Estas empresas são responsáveis, no

seu conjunto, por cerca de metade das emissões totais de dióxido de carbono na União.

Âmbito e vantagens do comércio das emissões

O sistema abrangeria os produtores de electricidade, de ferro e aço, vidro, cimento, cerâmica e tijolo. Por enquanto ficaria de fora a indústria química, responsável por quase 1% de todas as emissões directas, bem como os sectores dos resíduos e dos transportes. As pequenas e médias empresas também seriam em grande parte excluídas.

O comércio de emissões reduz os custos de conformidade. Nos termos da proposta, seria atribuído a todas as grandes instalações industriais e de energia abrangidas pelo sistema uma autorização que certificaria os seus níveis anuais de emissão de CO₂. Se a empresa conseguir emitir menos, pode vender os seus direitos excedentários a um operador que tiver ultrapassado o limite máximo permitido. Serão aplicadas sanções financeiras às fábricas cujas emissões excederem as autorizações que lhes foram atribuídas ou que comprarem.



A importância do sistema reside no facto de utilizar o mercado para transferir a capacidade de reduzir as emissões para os agentes que o podem fazer de forma menos onerosa e está de acordo com o princípio do "poluidor pagador", ao exigir simultaneamente aos produtores o pagamento das autorizações suplementares de que necessitem.

Quioto e a competitividade

É essencial reduzir os custos de conformidade do objectivo de Quioto de 8% para não prejudicar a competitividade internacional das empresas europeias. Isto tornou-se especialmente importante, porque a retirada dos EUA do processo sugere que as empresas americanas podem vir a suportar custos relativamente mais reduzidos para implementar as suas medidas relacionadas com as mudanças climáticas.

A concorrência também pode vir da Rússia. O desmoronamento da sua economia na última década faz com que o seu actual nível de emissões seja inferior ao objectivo de Quioto para 2008-2012. Esta circunstância poderá dar à sua indústria uma eventual vantagem e incentivar o país a vender os seus direitos excedentários ou a utilizá-los para atrair investimento estrangeiro para alguns sectores industriais.

O facto de Quioto obrigar apenas os países industrializados a objectivos quantitativos de redução de emissões pode igualmente conceder aos países em desenvolvimento uma vantagem competitiva no que se refere às emissões dos gases com efeito de estufa. Isto poderia incentivar algumas empresas sediadas na Europa a deslocarem as suas operações para o estrangeiro. No entanto, a distância do mercado comunitário, um quadro regulamentar diferente e "bolsas" mais reduzidas de mão-de-obra qualificada deverão contrabalançar tais tendências.

Outro factor que influencia a competitividade é a possibilidade prevista no Protocolo de Quioto de se compensar o esforço de plantação de árvores e de gestão das florestas com objectivos de redução das

CONTRIBUIÇÕES DOS ESTADOS MEMBROS PARA O OBJECTIVO DE 8%

Austria	- 13%
Bélgica	- 7.5%
Dinamarca	- 21%
Finlândia	0%
França	0%
Alemanha	- 21%
Grécia	+ 25%
Irlanda	+ 13%
Itália	- 6.5%
Luxemburgo	- 28%
Países Baixos	- 6%
Portugal	+ 27%
Espanha	+ 15%
Suécia	+ 4%
Reino Unido	- 12.5%

emissões. Países como o Canadá, Japão e Rússia beneficiarão mais do que a UE desta oportunidade.

Os custos de Quioto

A liderança no combate às mudanças climáticas também tem o seu preço, embora este tenha de ser perspectivado em comparação com os efeitos de nada se fazer contra as emissões de gases com efeito de estufa. Devido às múltiplas variáveis envolvidas, como inputs energéticos, crescimento do PIB e soluções de compromisso com outros domínios políticos, é impossível apresentar valores exactos dos custos de conformidade.

No entanto, as estimativas do custo anual para a União vão de menos de 0,1% a cerca de 1% do PIB. Os custos relativos variam ainda em função dos diferentes sectores e da amplitude – maior ou menor – a que tiverem de proceder a redu-

ções nas emissões ou da eventualidade de ser estabelecido um objectivo geral de percentagem uniforme.

Os sectores com consumo intensivo de energia, como o aço, produtos químicos de base e papel e pasta de papel, precisamente porque já realizaram um esforço significativo de redução de emissões e enfrentam uma concorrência internacional forte, poderão ter custos marginais de redução mais elevados.

Por outro lado, as empresas que procuraram desde cedo desenvolver, patentear e implementar a tecnologia necessária para reduzir as emissões ou produzir formas de energia alternativas podem ganhar uma vantagem competitiva.

Os efeitos económicos globais das mudanças climáticas no quadro do Protocolo de Quioto são muito difíceis de quantificar. É evidente que existem riscos. Contudo, também existem oportunidades potenciais.

Tudo é possível, desde começar a deslocar algumas empresas para fora da UE até ganhar uma vantagem competitiva com a criação de um estímulo para o desenvolvimento de novas tecnologias de ponta.

É por isso que é tão importante entrar com o pé direito e manter um equilíbrio adequado entre os aspectos ambientais e económicos do problema. É esse o espírito com que a União tem agido em relação ao princípio do desenvolvimento sustentável, ao ter em conta os aspectos económicos, sociais e ambientais no seu processo de tomada de decisões. Isto, por sua vez, exige o desenvolvimento atempado de estruturas de desempenho para realizar avaliações de impacto fiáveis. ≡

@ CONTACTO:
Joachim Ehrenberg
E-mail: Joachim.Ehrenberg@cec.eu.int

Reclamações das empresas aceleram a aplicação da legislação do mercado interno

Reclamar pode surtir efeitos. Um forte aumento das reclamações, apresentadas junto da Comissão, sobre obstáculos no mercado interno da EU, sugere que os empresários começam a perceber que os podemos ajudar – e ajudamos. A DG da Empresa administra a maior parte da legislação do mercado interno, em especial as directivas da "nova abordagem" de harmonização técnica.

As denúncias de empresas sobre disfuncionamentos do mercado interno são de três tipos.

Primeiro, não transposição de directivas comunitárias para o direito nacional no prazo fixado. Se a transposição é efectuada fora do prazo, os benefícios da harmonização são adiados. Vários Estados-Membros não aplicaram a tempo a Directiva 1999/5/CE sobre equipamentos de rádio e de telecomunicações e as empresas foram confrontadas com exigências antigas e onerosas de certificação dos seus produtos, contrariando esta directiva.

Segundo, interpretação e aplicação incorrectas das directivas a nível nacional. A DG da Empresa está a investigar uma queixa contra um Estado-Membro que recusa o parecer da Comissão de que o equipamento para bombeiros é abrangido pela Directiva 89/686/CEE, relativa aos equipamentos de protecção pessoal.

Terceiro, a supervisão insuficiente dos mercados pelos Estados-Membros. É necessário um controlo permanente para garantir que os produtos à venda respeitam a legislação do mercado interno. Recentemente foram postas à venda no mercado interno máquinas de construção e termoacumuladores de água que não respeitavam os requisitos mínimos de segurança da UE.

Casos de sucesso

Interpretação: um Estado-Membro aceitou a opinião da Comissão de que os dispositivos de flutuação são abrangidos pela Directiva 89/686/CEE, relativa aos equipamentos de protecção pessoal, publicando esta interpretação no seu Jornal Oficial.

Supervisão dos mercados: dois Estados-Membros, depois de contactados pela Comissão, proibiram a venda de termoacumuladores de água sem segurança nos respectivos mercados.

Inspecções: dois Estados-Membros solicitaram uma subvenção à Comissão para financiar o intercâmbio de conhecimentos em matéria de inspecções para garantir que máquinas de construção respeitavam as normas fundamentais de saúde e segurança.

Estas denúncias beneficiam a todos, por permitirem que a Comissão detecte obstáculos à livre circulação de bens em toda a Europa e os resolva com a ajuda dos Estados-Membros.

CHRISTIAN BURGS Mueller

@ CONTACTO:

Email: entr-engineering@cec.eu.int

 [TELECARREGAMENTO...](http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/lexcomm/index_en.htm)
[europa.eu.int/comm/
secretariat_general/sgb/
lexcomm/index_en.htm](http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/lexcomm/index_en.htm)

COMO APRESENTAR QUEIXA

Qualquer pessoa que ache que um Estado-Membro da UE não respeitou as obrigações do mercado interno pode escrever para o Secretariado-Geral da Comissão, descrevendo o caso de forma clara e em pormenor.

Recomenda-se a utilização do formulário oficial de denúncias acessível no endereço indicado no telecarregamento.

É possível optar pelo tratamento confidencial ou pela divulgação da identidade ao Estado-Membro em causa.

Depois da denúncia registada e acusada a sua recepção, vai para a direcção-geral competente (por exemplo, a DG da Empresa). Se a DG considerar que tem fundamento, solicita ao Estado-Membro em causa que apresente as suas observações.

Muitos problemas são resolvidos desta forma, através de cartas ou reuniões, uma vez que em geral os Estados-Membros cooperam na procura de soluções para estes problemas. São poucos os casos em que a Comissão tem de dar início a um procedimento formal de infracção, que no final pode ter de ser apreciado pelo Tribunal de Justiça Europeu.

Combate à contrafacção

A contrafacção causa prejuízos graves às empresas europeias. A DG da Empresa adoptou recentemente um conjunto de medidas para combater a contrafacção, em especial de produtos de engenharia.

A contrafacção e a pirataria de produtos constituem delitos graves atentatórios dos direitos de propriedade intelectual (DPI), como patentes, marcas, desenhos e modelos industriais e direitos de autor.

Integra-se nas redes de crime organizado a nível mundial. A Câmara de Comércio Internacional calcula que a contrafacção represente entre 5% e 7% do comércio mundial.

As falsificações beneficiam ilegalmente do esforço de desenvolvimento de produtos por fabricantes estabelecidos. Enfraquecem injustamente a posição no mercado de empresas legítimas, prejudicam a actividade dos distribuidores autorizados, enganam os consumidores, diminuem a qualidade e colocam mesmo em risco a segurança quando são colocados produtos perigosos no mercado.

O público conhece muito bem



Uma questão quente

produtos de consumo com marcas falsas, como relógios e malas de mão. Mas produtos de engenharia europeus tão diversos como aparelhos eléctricos, ferramentas, artigos de cozinha, torneiras e válvulas também são objecto de contrafacção em grande escala. Está provado que a maior parte destas contrafacções vêm da China, embora haja outros países envolvidos neste tráfico ilegal.

O combate à contrafacção é uma



Descubra as diferenças

das prioridades da Comissão e vários dos seus serviços participam activamente nesta campanha. A DG do Comércio combate a contrafacção de produtos europeus em mercados estrangeiros e insiste para serem adoptadas normas de DPI mais estritas nas negociações de comércio multilaterais e bilaterais. A DG do Mercado Interno e a DG da Fiscalidade e União Aduaneira, em colaboração com os Estados-Membros, tentam impedir a penetração de produtos falsificados no mercado europeu e elaboram também legislação de DPI. A DG da Empresa coordena estas actividades e funciona como ponto de contacto da Comissão

para as empresas afectadas pela contrafacção.

A nível geral, a Comissão adoptou recentemente uma comunicação sobre a contrafacção e a pirataria. Mais especificamente, a DG da Empresa está a implementar uma série de iniciativas em matéria de contrafacção que visam os produtos de engenharia.

Daqui já resultou um pacote informativo distribuído pelas empresas de engenharia europeias e num seminário contra a contrafacção organizado juntamente com a indústria representada pela Orgalime. Está a ser elaborado um guia prático sobre o combate à contrafacção destinado às PME e uma base de dados sobre produtos de engenharia falsificados, estando igualmente em curso conversações com a China sobre formas de diminuir a contrafacção neste país. Em todas estas iniciativas a DG da Empresa funciona como catalisador, estimulando e intermediando respostas da indústria e dos serviços competentes da Comissão. ≡

PABLO AYALA

@ CONTACTO:

Email:
entr-engineering@cec.eu.int

TELECARREGAMENTO...
www.orgalime.org

Normas ajudam a remover barreiras

Nos últimos dezoito meses foram aprovadas mais de 2 600 normas comuns europeias, muitas das quais baseadas em normas internacionais. Um novo relatório situa a normalização no contexto mais vasto das recentes iniciativas políticas comunitárias em matéria de comércio electrónico, protecção do ambiente e segurança dos produtos – domínios cada vez mais importantes e em que as normas europeias têm muito para oferecer.*

As normas europeias podem parecer áridas e técnicas, mas têm vindo a desempenhar um papel de uma importância política cada vez maior.

Uma medida do sucesso do modelo de normalização da UE é o seu contributo para o mercado único. As normas europeias permitem o seu funcionamento correcto. Contribuem também para a saúde dos consumidores e para o desenvolvimento sustentável, uma vez que se podem utilizar para ajudar a integrar os aspectos ambientais e de segurança na concepção, fabrico, utilização, reciclagem e eliminação dos produtos.

As actividades das organizações europeias de normalização são fundamentais para implementar objectivos ambiciosos em domínios como o e-Europe, para aumentar a competitividade da União. O crescimento do comércio mundial testemunha o papel extremamente importante que as normas têm na promoção do comércio e do acesso das empresas europeias ao mercado de países terceiros.

A normalização e o mercado único

As normas harmonizadas provam que os produtos respeitam a legislação da União Europeia. Permitem

a flexibilidade regulamentar necessária para acompanhar as mudanças tecnológicas, incentivam os empresários a colaborar nas especificações técnicas inovadoras e asseguram o funcionamento adequado do mercado interno.

Recentemente deu-se um passo importante com o primeiro acordo sobre normas harmonizadas para produtos de construção (cimento). Espera-se que no início de 2002 estejam concluídos mais 120. Aguarda-se a sua chegada para fomentar o mercado interno dos produtos de construção através da eliminação dos obstáculos técnicos ao comércio, da criação de novos mercados e da redução dos custos de conformidade.

A directiva alterada sobre a segurança geral dos produtos dá uma garantia aos consumidores e aos fabricantes, uma vez que os produtos fabricados de acordo com as normas europeias em princípio são seguros. É evidente que isto não afasta a responsabilidade pelos produtos ou as disposições legais que um produto deve respeitar. As organizações de normalização europeias estão a rever as normas existentes para identificar as abrangidas pela directiva alterada, em

* Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre as acções empreendidas no seguimento das resoluções sobre normalização europeia adoptadas pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu em 1999, COM (2001) 527 final, de 26 de Setembro de 2001.

especial as mais importantes para a segurança dos consumidores.

Um exemplo de como as organizações de normalização europeias deram resposta às estratégias aprovadas pelos responsáveis políticos é o seu contributo comum para a iniciativa e-Europe. Estes organismos – Comité Europeu de Normalização, Comité Europeu de Normalização Electrotécnica e Instituto Europeu de Normalização das Telecomunicações – elaboraram um plano de acção permanente para desenvolver as especificações técnicas necessárias.

Os intervenientes e a governança

A normalização europeia é uma actividade voluntária realizada por e para os interessados das organizações de normalização responsáveis reconhecidas pela União Europeia. Por conseguinte, estas organizações são parceiras das autoridades públicas e o processo de normalização pode contribuir bastante para formas alternativas de regulação e de governança europeia.

Uma vez que a UE articula frequentemente normas com a legislação, é importante que certos princípios sejam respeitados. Os interessados devem poder participar no processo de normalização europeia. Para os resultados do processo - as normas - terem efeitos jurídicos é preciso haver responsabilização.

O relatório da Comissão analisa mais de perto o envolvimento dos "intervenientes sociais" (que representam os interesses dos consumidores, da saúde, da segurança e do ambiente) na normalização.

ELABORAÇÃO DE NORMAS

Realizaram-se enormes progressos na normalização europeia na área da segurança de máquinas, havendo agora mais de 360 normas harmonizadas, das quais 250 asseguram a conformidade com os requisitos da legislação comunitária.

A directiva sobre equipamentos sob pressão envolve um programa de mais de 700 normas harmonizadas europeias. Até meados de 2001 havia cerca de 450 candidatas a normas harmonizadas, das quais 50 tinham sido publicadas. A normalização electrotécnica também está a progredir rapidamente e até ao fim de 2000 foram ratificadas 84% das normas harmonizadas europeias. Resultam sobretudo do trabalho paralelo da Comissão Electrotécnica Internacional (CEI) sobre compatibilidade electromagnética, equipamentos eléctricos no exercício da medicina humana e veterinária, equipamentos eléctricos para camiões-de-ferro e segurança eléctrica das máquinas.

Os programas de harmonização de normas europeias sobre brinquedos, instrumentos de pesagem não automáticos, aparelhos de gás e recipientes sob pressão simples estão praticamente concluídos, registando-se bons avanços relativamente aos equipamentos de protecção pessoal e aparelhos médicos e em domínios abrangidos pelas directivas da nova abordagem de harmonização técnica.

Salienta novos domínios em que a União começou a colaborar mais estreitamente com as organizações europeias de normalização e que vão desde as assinaturas electrónicas e telemática rodoviária até à cobrança electrónica das portagens. Mesmo os Ministérios da Defesa e os organismos nacionais de armamento estão a mostrar interesse pela substituição das onerosas especificações militares por normas europeias.

Embora a actividade de normalização europeia continue a centrar-se no mercado interno, o processo será alargado a novos domínios e a novas formas de cooperação entre

autoridades públicas, organizações de normalização e os interessados.

CHRISTINE BERG

@ CONTACTO:

Entr-Standardisation@cec.eu.int

 TELECARREGAMENTO...

[europa.eu.int/comm/
enterprise/standards_policy/
index.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/standards_policy/index.htm)

Consulta sobre a revisão da "nova abordagem"

A DG da Empresa apela ao contributo dos interessados para um exame que tem por objectivo rever, actualizar e aperfeiçoar a "nova abordagem" da União Europeia de regulamentação dos produtos, já com quinze anos. Este exercício faz parte da prática corrente de consulta dos interesses externos pela DG.

Desde 1992 que a "nova abordagem" é muito apreciada pelos produtores, porque lhes permite beneficiar da liberdade de circulação efectiva dos seus produtos no mercado interno comunitário.

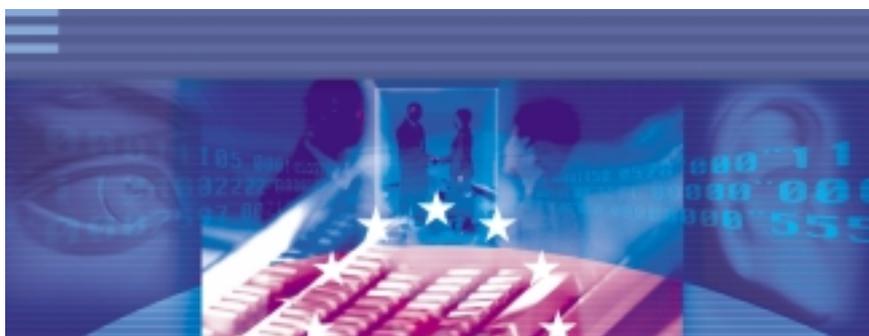
Esta revisão tem por objectivo tornar mais claros os princípios da regulamentação europeia no domínio da segurança dos produtos e assegurar a sua aplicação de forma mais coerente em toda a União, aumentando nomeadamente a cooperação administrativa além-fronteiras.

O exercício abrangerá igualmente a metodologia "gémea" da nova abordagem, a designada "abordagem global", que decompõe os processos de ensaio e certificação em módulos de fácil utilização e ajuda os fabricantes na marcação CE dos seus produtos.

Os aspectos essenciais a rever são: a designação pelos Estados-Membros dos organismos de controlo da conformidade dos produtos com a regulamentação, a supervisão dos mercados e a marca CE e sua relação com outras marcas.

As respostas ao processo de consulta que durará três meses ajudarão a Comissão a delinear uma comunicação em que formulará propostas de alteração do sistema vigente.

Esta consulta utilizará o mecanismo de elaboração interactiva de políti-



cas, que se destina a melhorar a governança, mediante o recurso à Internet para recolha e análise de reacções dos mercados que serão utilizadas no processo de elaboração das políticas da UE.

Consulta: um exercício permanente

A DG da Empresa atribui grande importância a processos de consulta bem planeados e exaustivos, uma vez que proporcionam às partes terceiras interessadas e afectadas pelas propostas da Comissão a oportunidade de darem a conhecer as suas opiniões sobre as iniciativas que estão a ser projectadas.

Para serem bem sucedidas as consultas devem ser claras e bem estruturadas, darem tempo suficiente para resposta e assegurarem um feedback adequado. As consultas são igualmente um processo de duplo sentido. As empresas e as suas organizações representativas têm de abordar novas questões da

governança e estas últimas devem utilizar plenamente a capacidade dos seus membros para introduzir dados e opiniões no processo de elaboração da legislação.

A prática recente das organizações representativas das empresas de darem não só uma opinião homogénea dos seus membros, mas de incluírem igualmente diferenças geográficas e sectoriais, é bem acolhida pela DG da Empresa. ☰

@ CONTACTO:

europa.eu.int/comm/enterprise/consultations/index.htm
europa.eu.int/yourvoice

TELECARREGAMENTO...
europa.eu.int/comm/enterprise/newapproach/index.htm

Cooperação em matéria de regulamentação do comércio: um arsenal de instrumentos



Existe um amplo leque de medidas para facilitar o comércio entre a União Europeia e os seus parceiros comerciais. Um novo documento da Comissão revela como uma cooperação estreita em matéria de harmonização, normalização e avaliação da conformidade pode permitir mais acordos de comércio livre, preservando ao mesmo tempo preocupações legítimas com a segurança e o ambiente.

A União Europeia tem dois grandes objectivos em matéria de comércio externo.

Pretende reduzir as barreiras técnicas nos mercados externos e impedir que surjam novos obstáculos. E incentiva igualmente os seus parceiros comerciais a adoptarem normas e regulamentos baseados ou compatíveis com os utilizados a nível internacional e europeu.

Os regulamentos internos relacionados com o comércio de mercadorias podem justificar-se com base na protecção da saúde e da segurança, dos consumidores e do ambiente. Mas não devem restringir o comércio mais do que o necessário. Por conseguinte, a Organização Mundial do Comércio (OMC) defende o princípio da proporcionalidade e gostaria de o ver aplicado o mais extensamente possível.

A finalidade do documento de trabalho da Comissão intitulado "Implementação da política de comércio externo nos domínios das normas e da avaliação da conformidade: um arsenal de instrumentos" consiste em examinar o impacto que as normas técnicas e os requisitos dos produtos têm no comércio.

Sugere igualmente medidas de cooperação nestes domínios entre a UE e os seus parceiros comerciais a fim de promover o comércio livre.

São dados exemplos dessas medidas sob a forma de uma caixa de ferramentas, que contém uma vasta gama de instrumentos de política a que os governos podem recorrer de acordo com os seus contextos regulamentares específicos e a infra-estrutura técnica dos países ou regiões em que operam.

Ao ponderar iniciativas para facilitar o comércio é possível recorrer a um conjunto de medidas diferentes. Entre estas incluem-se uma maior compatibilidade dos sistemas regulamentares, a harmonização de regras e apoio a normas internacionais, a aceitação de regulamentos e/ou de normas como equivalentes, os acordos de reconhecimento mútuo, a elaboração de códigos de conduta e a utilização de assistência técnica para a avaliação de conformidade e normalização.

Uma maior compreensão das causas subjacentes aos obstáculos técnicos pode conduzir a um maior reconhecimento das condições em que o comércio livre pode operar a uma

escala global. Consequentemente, estão a ser desenvolvidos esforços para eliminar ou reduzir os obstáculos ao comércio, nomeadamente uma abordagem comum no sentido da coerência e transparência das regras, imparcialidade na certificação e níveis adequados de regulamentação. Neste contexto, há que ter em atenção o importante papel do Comité da OMC para os obstáculos técnicos ao comércio.

O documento centra-se em questões de interesse para o comércio de produtos industriais. Mas a utilização e as implicações de alguns conceitos que desenvolve também podem ser aplicados ao comércio noutras áreas. ≡

GIACOMO MATTINO

@ CONTACTO:

Giacomo Mattino

E-mail: Giacomo.Mattino@cec.eu.int

TELECARREGAMENTO...
[europa.eu.int/comm/
 enterprise/international/
 indexb1.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/international/indexb1.htm)

Ajudar as PME a obter financiamento

As pequenas e médias empresas são o suporte principal da economia europeia e fonte de importantes invenções, criatividade e novos postos de trabalho. Por isso, o recente abrandamento do crescimento económico exige que as PME tenham acesso adequado ao financiamento.

Numa conferência sobre o financiamento das PME organizada em Outubro, em Louvain-la-Neuve, pela Presidência belga da UE, analisou-se a forma de atingir este objectivo. Entre os numerosos participantes contavam-se membros da Comissão, políticos, banqueiros e universitários e dirigentes dos sectores privado e público.

A Comissão apresentou um documento de trabalho, "O acesso das empresas ao financiamento", que conclui que, embora os empréstimos continuem a ser a principal fonte de financiamento externo, a importância do financiamento em capital irá aumentar gradualmente. Esta tendência exigirá um forte desenvolvimento do mercado europeu de capitais de risco e obrigará os empresários a aceita-

rem a participação dos investidores nas decisões da empresa.

A conferência centrou-se nas dificuldades das PME no acesso aos empréstimos, ao financiamento da inovação e aos microempréstimos. Sobre o primeiro tipo de financiamento houve consenso quanto à necessidade de examinar de perto o impacto nos empréstimos às PME das alterações propostas ao Acordo de Basileia em matéria de capitais, com novas exigências para as instituições financeiras. Além disso, as garantias de empréstimos poderão ajudar a partilhar os riscos entre diferentes instituições, tornando assim os empréstimos mais atractivos para os bancos.

Quanto aos microempréstimos, a conferência discutiu os elevados custos das operações para os bancos e a necessidade de o sector público procurar formas de reduzir ou transferir estas despesas.

O acesso ao capital de risco ainda é raro: apenas uma em cada 500 empresas em fase de arranque

consegue capital a partir destes fundos. A Europa deve desenvolver este sector, mas precisa igualmente dos investidores mais informais conhecidos por business angels. A conferência apelou a uma revisão das melhores práticas nos investimentos dos business angels e às pequenas empresas para ultrapassarem a sua resistência cultural aos investidores externos.

O Conselho Indústria adoptou conclusões de acordo com estas orientações na sua reunião de Dezembro. Os trabalhos sobre o acesso ao financiamento continuarão sob a Presidência espanhola da UE e serão um dos temas a debater numa conferência sobre empresas familiares a realizar em Madrid em Março de 2002.

@ CONTACTO:

Vesa Vanhanen
E-mail: Vesa.Vanhanen@cec.eu.int



TELECARREGAMENTO...

[europa.eu.int/comm/
enterprise/entrepreneurship/
financing/index.htm](http://europa.eu.int/comm/enterprise/entrepreneurship/financing/index.htm)

Criar serviços de apoio de alto nível às empresas

Milhares de empresas utilizam diariamente serviços de apoio e é cada vez mais evidente que a sua aplicação pode melhorar consideravelmente o rendimento de uma empresa.

No entanto, um projecto do procedimento Best relativo à prestação de serviços de apoio às empresas conclui que os mesmos se desenvolveram muitas vezes de forma descoordinada e que provavelmente são menos de 15% as empresas que os utilizam.

Ao mesmo tempo as organizações de apoio enfrentam desafios importantes no desenvolvimento de normas profissionais adequadas, na adaptação às oportunidades pro-

porcionadas pelas TIC e na resposta às necessidades das empresas numa economia mundial e baseada no conhecimento.

Um novo documento de trabalho da Comissão, "Criar serviços de apoio de alto nível às empresas", examina estes desafios, faz referência a inúmeras boas práticas que já foram identificadas e resume as lições obtidas.

As suas recomendações incluem a criação de serviços de apoio coerentes e coordenados, o

desenvolvimento da capacidade das organizações de apoio para fornecer facilidades adaptadas às necessidades específicas dos clientes e a criação de uma cultura de avaliação que tenha repercussões na concepção e funcionamento dos serviços.

MIKE COYNE

@ CONTACTO:

Mike Coyne
E-mail: Michael.Coyne@cec.eu.int



TELECARREGAMENTO...

europa.eu.int/comm/enterprise/entrepreneurship/support_measures/index.htm
europa.eu.int/comm/enterprise/enterprise_policy/charter/index.htm

Base de dados de viveiros de empresas

A DG da Empresa tem uma nova base de dados com os cerca de 950 viveiros de empresas dos 15 Estados-Membros, Noruega, Islândia, Liechtenstein e Suíça e dos 13 países candidatos à adesão à UE. A base de dados de viveiros de empresas permite pesquisas por região, país, sector de actividade, pessoa de contacto ou pelo nome do viveiro.

Esta base de dados nasceu de uma avaliação comparativa do procedimento Best sobre a gestão e promoção de viveiros de empresas, que ajudam empresas recém-criadas a conseguir um arranque bem sucedido. Através de um simples ponto de entrada dá acesso a informações sobre viveiros de empresas, facilita o estabelecimento de contactos e dá assistência a empresários com novas ideias de negócios.

Pode ser consultada em:
europa.eu.int/comm/enterprise/bi/index.htm ou em cordis.lu/incubators

Para actualizar dados ou fornecer feedback, contactar:
incubators@cordis.lu

Tornar a Web mais acessível

Quando os serviços interactivos de e-Government têm cada vez mais importância nas nossas vidas, os 37 milhões de pessoas com deficiência da UE e os idosos arriscam-se a uma grave exclusão social devido às barreiras técnicas na utilização da internet.

A maior parte destas barreiras pode ser facilmente evitada se

os programadores observarem sistematicamente um conjunto de regras simples que abrangem o conteúdo, a estrutura e a codificação dos sítios. A Comissão Europeia está a apoiar acções para se adoptar e implementar um conjunto de orientações criadas pelo Consórcio World Wide Web/Iniciativa de Acessibilidade à Web, com o apoio do programa de investigação da UE designado "aplicações telemáticas".

Da sua adopção resultam geralmente sítios melhores e mais eficientes para todos os utilizadores e não apenas para as pessoas com deficiência.

TELECARREGAMENTO...
europa.eu.int/information_society/accessibility

Publicações

Relatório de 2001 sobre a Competitividade da UE

A 5ª edição do Relatório da Comissão sobre a Competitividade Europeia inclui uma análise do contributo das tecnologias da informação e comunicação e da inovação para o crescimento económico e para a produtividade. Há também um capítulo sobre a capacidade de inovação do sector da biotecnologia na Europa. O relatório sublinha a necessidade de modernizar as estruturas económicas e os sistemas de inovação da UE.

Telecarregamento:
europa.eu.int/comm/enterprise/enterprise_policy/competitiveness/doc/competitiveness_report_2001/index.htm

Novo repertório sobre o espírito empresarial

A Comissão publicou um novo repertório de medidas sobre o espírito empresarial e a competitividade. Fornece um acesso fácil aos dados e ao trabalho realizado por instituições comunitárias, pelos Estados-Membros e pela Noruega na sequência da publicação do Relatório sobre a implementação do plano de acção para promover o espírito empresarial e a competitividade.

A pesquisa das medidas pode ser feita por país, sub-tema ou individualmente. O repertório está disponível em inglês e as versões em francês e alemão estão em preparação. O acesso é possível no seguinte endereço:
europa.eu.int/comm/enterprise/enterprise_policy/best/index.htm

Novas publicações da série «Documentos Empresa»

Inovação, tecnologia e capital de risco. Documentos Empresa nº 5, 2001.
 Luxembourg (Eur-Op), 2001. 48 pp (EN). Cat. No NB-40-01-339-EN-C

CrITÉRIOS de avaliação para distinguir entre oligopólios concorrentes e dominantes no controlo das concentrações. Documentos Empresa nº 6, 2001.
 Luxembourg (Eur-Op), 2001. 164 pp.(EN). Cat. No NB-41-01-608-EN-C

A competitividade industrial na biotecnologia: uma perspectiva europeia. Documentos Empresa nº 7, 2002.
 Luxembourg (Eur-Op), 2002. 108 pp. (EN). Cat. No NB-40-01-690-EN-C

europa.eu.int/comm/enterprise/library/enterprise-papers/index.htm

Empresa EUROPA

6

Na Web

CONSULTAS EMPRESA

As consultas Empresa em linha contribuem para a formulação de regras que regem o ambiente empresarial da Europa (número de visitantes: Junho de 2001: 341; Julho: 1 657; Agosto: 2 301; Setembro: 2 700).

Deixe-nos beneficiar das suas ideias, críticas e experiência. Visite-nos em europa.eu.int/comm/enterprise/consultations/index.htm

* * *

A SUA VOZ NA EUROPA

Veja outras consultas da Comissão, mecanismos de feedback, fóruns web, conversas em linha e os procedimentos de denúncia em «A sua voz na Europa».

europa.eu.int/yourvoice/

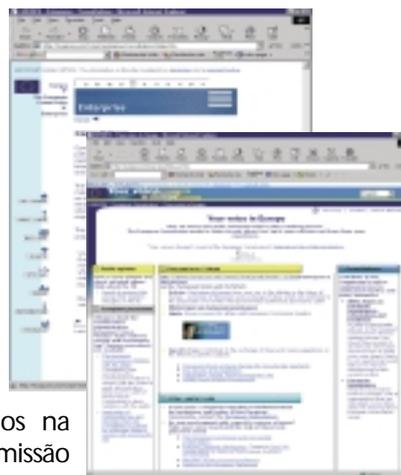
* * *

SEJA UM DOS NOSSOS COLABORADORES PRINCIPAIS

Os parceiros de consulta formais ou estruturais da Comissão estão indicados na base de dados CONECCS (Consulta, Comissão Europeia e Sociedade Civil), em

europa.eu.int/comm/civil_society/coneccs/index_en.htm

* * *



SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES OFICIAIS
DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

L-2985 Luxembourg

NB-BH-02-006-PT-C